

Ascenty Data
Centers e
Telecomunicações
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Diretores da

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa opinião foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

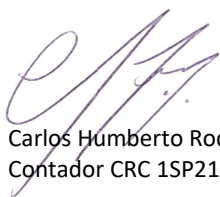
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador CRC 1SP217733/O-4

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.547	22.122	Empréstimos e financiamentos	17	727.921	4.203
Aplicações financeiras	10	193.234	38.121	Fornecedores	18	45.443	74.439
Contas a receber de clientes	11	213.040	188.195	Passivos de arrendamentos	27	21.726	12.894
Estoques		4.475	3.984	Obrigações sociais e trabalhistas		15.214	10.024
Impostos a recuperar	12	87.825	90.182	Obrigações tributárias		7.379	6.553
Outros ativos		<u>18.797</u>	<u>11.048</u>	Instrumentos financeiros derivativos		3.533	-
				Receita diferida	23	24.686	16.694
		<u>523.918</u>	<u>353.652</u>	Outras contas a pagar	19	<u>21.234</u>	<u>27.026</u>
						<u>867.136</u>	<u>151.833</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	11	1.103	1.103	Empréstimos e financiamentos	17	2.887.314	1.692.458
Impostos a recuperar	12	26.194	26.766	Passivos de arrendamentos	27	304.737	227.418
Outros ativos		19.829	6.308	Provisões para litígios	20	1.276	1.040
Imobilizado	15.1	2.766.935	2.188.020	Receita diferida	23	99.366	49.844
Ativo de direito de uso	15.2	309.290	231.404	Outras contas a pagar	19	<u>18.720</u>	<u>18.321</u>
Ativo intangível e ágio:	16					<u>3.311.413</u>	<u>1.989.081</u>
Ágio		3.172.624	-				
Intangível		1.276.066	8.995				
Investimentos	14	<u>329.954</u>	<u>-</u>	Patrimônio líquido	22		
		<u>7.901.995</u>	<u>2.462.596</u>	Capital social		1.261.391	1.036.990
				Reserva de capital		3.701.325	-
				Adiantamento para futuro aumento de capital		1	24.651
				Prejuízos acumulados		<u>(715.353)</u>	<u>(386.307)</u>
						<u>4.247.364</u>	<u>675.334</u>
Total do Ativo		<u>8.425.913</u>	<u>2.816.248</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>8.425.913</u>	<u>2.816.248</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita de serviços	23	860.640	566.688
Custos dos serviços prestados	24	<u>(543.022)</u>	<u>(364.579)</u>
Lucro bruto		<u>317.618</u>	<u>202.109</u>
Despesas comerciais e de vendas	24	(2.018)	(5.094)
Despesas gerais e administrativas	24	(33.903)	(24.652)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	(339)	(4)
Equivalência patrimonial	14	(151)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	25	<u>3.025</u>	<u>967</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos		<u>284.232</u>	<u>173.326</u>
Receitas financeiras	26	2.158	624
Despesas financeiras	26	(126.037)	(117.393)
Variações cambiais, líquidas	26	<u>(488.368)</u>	<u>(52.060)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(612.247)</u>	<u>(168.829)</u>
Resultado antes dos impostos		(328.015)	4.497
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(1.031)</u>	-
Resultado do exercício		<u><u>(329.046)</u></u>	<u><u>4.497</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Resultado do exercício	<u>(329.046)</u>	<u>4.497</u>
Resultado abrangente total	<u>(329.046)</u>	<u>4.497</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>683.990</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(390.804)</u>	<u>293.186</u>
Aumento de capital	22	353.000	-	-	-	353.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	24.651	-	24.651
Resultado do exercício		-	-	-	4.497	4.497
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>1.036.990</u>	<u>-</u>	<u>24.651</u>	<u>(386.307)</u>	<u>675.334</u>
Aumento de capital	22	224.401	-	(24.650)	-	199.751
Incorporação de empresa controladora - Stellar	1.1	-	3.701.325	-	-	3.701.325
Resultado do exercício		-	-	-	(329.046)	(329.046)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>1.261.391</u>	<u>3.701.325</u>	<u>1</u>	<u>(715.353)</u>	<u>4.247.364</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(329.046)	4.497
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício			
Depreciações e amortizações	15 e 16	244.924	158.964
Resultado da baixa de ativo imobilizado, intangível e arrendamentos		7.453	5.792
Resultado de equivalência patrimonial		151	-
Resultado de instrumentos financeiros derivativos não realizado		3.533	-
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11	(339)	(4)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	17	53.854	66.984
Juros sobre arrendamentos	27	32.204	22.445
Amortização dos custos de transação de empréstimos e financiamentos	17	7.118	9.602
Realização de receita diferida		(28.643)	(19.550)
Provisões para litígios	20	69	28
Variação cambial não realizada, líquida		498.066	64.423
Variações nos ativos operacionais - (aumento) / redução			
Contas a receber de clientes		(24.506)	(108.394)
Impostos a recuperar		52.949	39.364
Estoques		(491)	(1.756)
Outros ativos		(21.266)	(5.222)
Variações nos passivos operacionais - (redução) / aumento			
Fornecedores		(62.075)	(98.709)
Obrigações sociais e trabalhistas		5.191	1.811
Obrigações tributárias		1.857	(5.613)
Outras contas a pagar		(5.611)	27.678
Receita diferida		88.697	66.602
Imposto de renda pago		(1.031)	-
Juros pagos	17	(146.777)	(105.058)
Fluxo de caixa líquido gerado das atividades operacionais			
		376.281	123.884
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	10	(393.993)	(260.000)
Resgate de aplicações financeiras	10	278.477	618.415
Aquisição de imobilizado	15.3	(648.053)	(1.026.460)
Aquisição de intangíveis	16	(4.223)	(5.161)
Aumento de caixa por incorporação de negócio		3.193	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos			
		(764.599)	(673.206)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	22	199.751	353.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	24.651
Captação de empréstimos e financiamentos	17	221.146	166.177
Pagamento de passivos de arrendamentos	27	(48.154)	(32.382)
Fluxo de caixa originado das atividades de financiamentos			
		372.743	511.446
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		(15.575)	(37.876)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		22.122	59.998
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
		6.547	22.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. (“Companhia”), constituída em 5 de maio de 2011, é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, com sede na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, e tem por objeto social:

- (a) A prestação de soluções referente à disponibilização de espaço físico para guarda e depósito de equipamentos especializados em processamento e armazenagem de dados.
- (b) A prestação de soluções relativos à infraestrutura para armazenagem de equipamentos de processamento e armazenagem de dados.
- (c) A participação como sócia, quotista, acionista ou consorciada em qualquer Companhia sediada no Brasil ou no exterior.
- (d) A prestação de soluções de porta “Internet Protocolo (IP)”.
- (e) A prestação de soluções de telecomunicações utilizando quaisquer meios que possibilitem a oferta de capacidade de transmissão.
- (f) A prestação de soluções de disponibilização e locação de suas redes de telecomunicações bem como a cessão de cabo e fibra ótica.

Estratégias operacionais e financeiras

A Companhia iniciou suas atividades com a construção do primeiro *data center* na cidade de Campinas em 2012, desde então a Companhia tem investido na construção de novos *data centers* e na expansão das unidades já existentes.

No final do exercício de 2020, a Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. possui 15 *data centers* em operação e 6 em construção, sendo que o resumo da carteira de *data center* em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Operacional	Capacidade (Não auditado)	Em construção	Capacidade (Não auditado)
São Paulo 1	6 MVA	Rio de Janeiro 2	3 MVA
São Paulo 2	14 MVA	São Paulo 3	4 MVA
Campinas 1	6 MVA	Hortolândia 4	4 MVA
Jundiaí 1	15 MVA	Chile 2	31 MVA
Hortolândia 1	10 MVA		
Hortolândia 2	7 MVA		
Hortolândia 3	3 MVA		
Sumaré 1	14 MVA		
Sumaré 2	20 MVA		
Fortaleza 1	10 MVA		
Rio de Janeiro 1	10 MVA		
Paulínia 1	14 MVA		
Vinhedo 1	34 MVA		
Vinhedo 2	36 MVA		
Jundiaí 2	14 MVA		
Chile 1	11 MVA		
Total Operacional	224 MVA	Total em construção	93 MVA (*)

- (*) O MVA representa a capacidade total de energia de cada *data center* neste momento, o que não exclui possíveis expansões, quando aplicável.

No final de 2020, o portfólio contava com mais de 4.500 km de fibra distribuídos em 28 cidades brasileiras (informações não auditadas). A Companhia tem como objetivo para os próximos a substituição das redes aéreas por redes subterrâneas para entregar serviços com ainda maior qualidade para os clientes.

1.1 Incorporações

Com o objetivo de promover uma racionalização de custos, concentração dos negócios sociais e apuração consolidada dos resultados, foram realizadas duas operações de incorporação e uma operação de criação de uma nova entidade, conforme descrito a seguir:

- (i) a Stellar Participações S.A. (então controladora indireta da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.) incorporou a Ascenty Participações S.A. (holding intermediária controladora direta da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.), por meio de um *upstream merger*;
- (ii) a Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. incorporou a sua controladora a Stellar Participações S.A., por meio de um *downstream merger*; e
- (iii) no mesmo momento da incorporação da Stellar pela Ascenty Data Centers, as ações da Ascenty Data Centers foram conferidas pelas acionistas da Ascenty Data Centers para a Ascenty Brasil Holding S.A., atual controladora da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A..

Com isso, não houve uma alteração de controle substantiva, mas apenas nominal.

As referidas incorporações tiveram seus eventos societários conforme seguem:

- Em 18.11.2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) devidamente registrada na JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) em 16.12.2020, foi aprovada a incorporação da Ascenty Participações S.A. “Ascenty Participações” pela Stellar Participações S.A., de forma que a Stellar Participações S.A. “Stellar” tornou-se a única acionista da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. “Ascenty DC”.
- Em 21.12.2020, também por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) devidamente registrada na JUCESP em 06.01.2021, foi aprovada nova incorporação, dessa vez da sociedade por ações Stellar Participações S.A. pela Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.. Neste caso, a autorizatária incorporou sua controladora.
- Com isso as sócias da Stellar, ato contínuo à incorporação, conferiram suas ações do capital social da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. para uma nova empresa, a Ascenty Holding Brasil S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob nº 39.831312/0001-82, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, 150, sala 3, CEP 04.542-907, com sua Constituição e seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.300.559.461, em sessão de 18 de novembro de 2020.

Sem que tenha havido mudanças de controle, os percentuais de ações ordinárias nominativas e preferenciais, conforme o caso, detidas pelas sociedades acionistas na nova controladora nominal da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. ficaram como segue:

Acionistas	Porcentual de ações ordinárias	Porcentual de ações preferenciais	Porcentual considerando o total de ações
Stellar Canada Holding, LLC	45,05%	0,00%	25,66%
Digital Stellar Sub LLC	18,13%	50,82%	32,20%
Data Infrastructure - FIP Multiestratégia	17,54%	49,18%	31,16%
Ascenty Holdings, L.P.	19,28%	0,00%	10,98%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

O acervo líquido da Stellar Participações S.A. foi avaliado em 21 de dezembro de 2020 com base no valor contábil de 31 de outubro de 2020, no montante de R\$ 3.701.325, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada independente. O saldo do investimento na controladora registrado na controladora foi eliminado no processo de incorporação.

	Stellar Participações S.A.
Caixa e equivalentes de caixa	2.139
Aplicações financeiras	1.202
Outros ativos	25
Impostos a recuperar	42
Investimento - Ascenty Chile SpA	623.932
Ágio, Mais valia e outros	4.557.456
Empréstimos e financiamentos - circulante	(200.850)
Fornecedores	(1)
Obrigações tributárias	(2.339)
Outras contas a pagar	(215)
Empréstimos e financiamentos – não circulante	(1.102.400)
Provisões para litígios	(157)
Acervo líquido	<u>3.878.834</u>
Reserva de capital	<u>3.701.325</u>
Variação entre a data do laudo de avaliação e a data do evento	<u>177.509</u>
Acervo líquido ajustado	<u>3.878.834</u>

As variações patrimoniais da empresa incorporada no valor de R\$ 177.509 entre a data do laudo de incorporação, preparado por terceiros especializados contratados pela Companhia de 31 de outubro de 2020 e a data efetiva da incorporação de 21 de dezembro de 2020, foi reconhecida em contrapartida a conta de reserva de capital no patrimônio líquido.

1.1.1 Manutenção do ágio e mais valia na entidade remanescente

O valores de ágio e mais valia originados da aquisição da própria Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. em 20 de dezembro de 2018, até então registrados no balanço da Stellar Participações S.A. foram transferidos via incorporação à Ascenty da Center Telecomunicações S.A., prevalecendo, na essência, a existência das informações financeiras consolidadas da Stellar pós reorganização societária.

Os valores incorporados de ágio e mais valia de ativos são como seguem:

Ágio, Mais Valia e outros	Valores alocados e não alocados do ágio na aquisição-2018	Stellar Particip. Amortização Acumulada	Saldos incorp. pela Ascenty DC (Appraisal report)	Amortização adicional até a data da incorporação	Amortização adicional após data da incorporação (10 dias)	Saldos em 31/12/2020	Nota
Ágio	3.172.624	-	3.172.624	-	-	3.172.624	16
Imobilizado – Mais valia	107.035	(13.575)	93.460	(859)	(165)	92.436	15
Intangível – Relacionamento com clientes	1.455.093	(195.645)	1.259.448	(14.918)	(2.869)	1.241.662	16
Intangível – Marcas e patentes	37.793	(13.858)	23.935	(1.056)	(203)	22.676	16
Outros	10.725	(2.736)	7.989	(209)	(40)	7.740	
Total	4.783.270	(225.814)	4.557.456	(17.042)	(3.277)	4.537.138	

1.2 Controlada não consolidada

Com a incorporação da Stellar Participações S.A em 21 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu a participação de 100% da controlada Ascenty Chile SPA.

Ascenty Chile SPA, constituída em 21 de outubro de 2016, é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, com sede da cidade de Santiago, Chile, e tem por objetivo social a prestação de serviços relacionados à disponibilidade de espaço físico para o armazenamento de equipamentos especializados em processamento de dados, bem como na cedência de cabos de fibra ótica. Ascenty Chile SPA iniciou suas operações do data center Chile 1 em dezembro de 2020 e o data center Chile 2 está atualmente em fase de construção com previsão de entrar em operação em dezembro de 2021.

Em razão do investimento não ser material individualmente ou com relação às demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto, essa controlada não foi consolidada nessas demonstrações financeiras.

1.3 Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Desde então, o vírus se espalhou rapidamente pelo mundo, incluindo Brasil e Chile.

A partir de então, a Companhia criou um comitê extraordinário que, durante os primeiros 3 meses da pandemia, se reunia diariamente, por meio de videoconferência, para monitorar e tomar medidas mitigatórias em toda a operação e manter a segurança de seus colaboradores, clientes e fornecedores, a partir de junho de 2020, as videoconferências com esse propósito passam a ser mensais.

A Companhia adotou o regime de home office para as atividades administrativas e de suporte, trabalhando inicialmente com um quadro mínimo de pessoal para garantir o pleno funcionamento dos Data Centers e toda a operação, que continuaram funcionando normalmente. Todos os colaboradores pertencentes ao grupo de risco também entraram em regime de home office ou foram afastados.

Os colaboradores também contam com o programa “Apoio Pass”, programa de orientação e aconselhamento telefônico 24 horas por dia, 7 dias por semana, com profissionais especializados nas áreas: Psicológica, Jurídica, Financeira e Social. A Companhia realiza conferências com médicos especialistas para informar nossos colaboradores sobre as descobertas científicas e a real situação do COVID-19, juntamente com as melhores medidas preventivas e de segurança que podem ajudar a reduzir o risco de contrair o coronavírus ou propagá-lo no ambiente de trabalho.

Situação, posicionamento e impactos relacionados à COVID-19

Devido à natureza das suas operações, a Companhia não foi afetada de forma significativa quanto as suas operações e continuidade dos negócios. As metas de vendas, pedidos de vendas e EBITDA foram atingidas (informações não auditadas). Não houve impacto nos pagamentos de clientes relacionados a pandemia.

Colaboradores

A Administração continuava realizando reuniões mensais do comitê para discutir a Covid-19 e os planos.

O escritório central em Vinhedo continua fechado por tempo indeterminado, a viabilidade e segurança do retorno são avaliadas nas reuniões mensais de acompanhamento.

As equipes de operações atuando dentro da programação normal para manter os níveis necessários de manutenção. Havendo ênfase no distanciamento social, uso de máscaras, lavagem das mãos, etc.

Operações

Equipes de operação atuando dentro do cronograma normal para manter os níveis de manutenção necessários, com ênfase na distância social, uso de máscaras, lavagem das mãos etc. A Companhia continuou a operar todos os canteiros de obras com distância social e precauções Covid-19 (verificações de temperatura, rastreamento de contato, uso de desinfetantes para as mãos, máscaras etc.)

Clientes

Não houve problemas do cliente em relação a atrasos na construção ou entregas. A demanda por serviços em nuvem aumentou e tivemos mais de 80 novos logotipos em nossos serviços para 2020 e novos contratos com os principais clientes.

Construções

Os pedidos de compra de equipamentos estavam sendo feitos 1 a 2 meses antes de nosso ciclo de pedido típico para garantir que os equipamentos estejam instalados e disponíveis. Os planos para entregar novos Data Centers e as expansões estão dentro do prazo, sem grandes atrasos esperados.

Companhia não reduziu postos de trabalho e não foram requeridas ações com base na Medida Provisória nº 936/20, Lei Federal nº 14.020 / 2020, nem negociações com os sindicatos para estabelecer suspensão temporária de trabalho, redução de jornada e salários temporários.

A Companhia não adotou nenhuma ação com base na Medida Provisória nº 927/20, tais como: antecipação de férias; férias coletivas; antecipação de feriados; diferimento dos pagamentos do FGTS.

Com base na Resolução nº 139/20, a Companhia diferiu o pagamento das seguintes contribuições e tributos: INSS; COFINS; e PIS.

1.4 Avaliação da continuidade operacional e liquidez da Companhia

Em 22 de março de 2021 a Companhia aditou e alterou seu contrato de financiamento onde o passivo circulante, de R\$ 727.921 em 31 de dezembro de 2020, passou a fazer parte do passivo não circulante, considerando o novo prazo de carência de 2 anos. Isso melhorará substancialmente o índice de liquidez atual e está em linha com os investimentos relacionados a novos data centers e redes de fibra. Ao final de dezembro de 2020, a Companhia havia fechado novos contratos e confirmações de pedidos, com os clientes existentes, que vão gerar cerca de R\$ 174.000 em novas receitas por ano. O prazo médio ponderado desses contratos é superior a 8 anos.

O novo financiamento também traz adicionalmente uma linha de crédito com desembolso posterior que contribuirá para os investimentos que surgirão nos próximos anos, considerando o crescimento esperado para o mercado de nuvem brasileiro. Detalhes adicionais na Nota Explicativa 30.a.

Dessa forma, a posição negativa de capital de giro observada em 31 de dezembro de 2020 é revertida no primeiro trimestre de 2021 e, portanto, nenhuma incerteza sobre a continuidade existe de acordo com a avaliação da administração.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro “*International Financial Reporting Standards (IFRS)*”, emitidas pelo “*International Accounting Standard Board (IASB)*”.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelas Administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

3 Moedas funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico Contabil CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e na Conversão de Demonstrações Financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão inicial dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 27** – prazo do arrendamento e opção de exercer ou não o prazo de prorrogação dos contratos.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada e da classificação de risco de perda;
- **Nota explicativa nº 20** – reconhecimento e mensuração de provisão para litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída da recursos; e
- **Nota explicativa nº 21** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre a mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 7.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

Não houve em 2020 nenhum pronunciamento aplicável as operação da Companhia desta forma não requerendo a mudança ou adoção de novas políticas contábeis.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma na nota explicativa.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Reconhecimento de Receita

Os contratos de arrendamento mercantil em que a Companhia não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamento mercantis operacionais. Para estes contratos, a receita de aluguel é reconhecida em base linear durante o prazo da duração do contrato. As principais modalidades de contrato estão descritas a seguir:

Disponibilização de espaço e infraestrutura (“Co-location”)

Prestação de serviços referente à disponibilização de espaços com infraestrutura em salas individuais, ou em racks (gabinetes) dentro de *data center*, para que os clientes hospedem seus equipamentos de tecnologia da informação e telecomunicações. Por tratar-se de uma locação referente à disponibilização de espaço, a receita oriunda de *co-location* é reconhecida e registrada mensalmente, conforme período de competência. Os valores são fixados através de contratos de prestação de serviços em bases mensais.

Serviços de telecomunicações e locação de infraestrutura de fibra apagada (“Dark fiber”)

As receitas incluem a contratação de capacidade de transmissão fixa e por meio de fibra óptica. O valor da receita mensal se dá com base na capacidade negociada através do contrato. Os faturamentos são emitidos e reconhecidos de acordo com a data de aceite das soluções de negócio. O primeiro faturamento é calculado em base *pro rata die*. A receita é reconhecida no momento em que os projetos são prestados.

Receita diferida

A Companhia também reconhece receita oriunda de taxas de instalação para todas as modalidades de contrato citadas acima. Os valores variam de acordo com a instalação e acordo específico com cada cliente. A receita é calculada em conjunto com a análise de viabilidade da proposta comercial e é cobrada no início do contrato, em parcela única de forma que cubra todos

os custos do processo de instalação e conexão à rede da Companhia. A Companhia reconhece esta parcela única como uma receita diferida e a amortização da receita de instalação está vinculada ao prazo de contrato de cada cliente e modalidade do contrato. Os custos relacionados a esses contratos são capitalizados como ativos de Climatização, sistemas elétricos e de segurança para contratos de colocation e depreciados de acordo com a vida útil dos ativos, e capitalizados como Ativos de Rede interna de telecomunicações para contratos de telecomunicações e depreciados de acordo com o prazo do contrato.

b. Investimento em subsidiária não consolidada

A Companhia não consolidou as demonstrações financeiras da Ascenty Chile SpA, visto que tal entidade controlada não foi considerada relevante, isoladamente e em conjunto, para a posição financeira, performance e fluxos de caixa do grupo. Além disso, a subsidiária chilena não é considerada nas operações latino-americanas, para efeito da análise de credores no contexto do contrato de financiamento. Consequentemente, a administração decidiu não consolidar tal subsidiária.

O investimento na controlada no Chile está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

c. Combinação de negócios

Em 20 de dezembro de 2018, a Stellar Participações S.A., incorporada pela Companhia em 21 de dezembro de 2020, obteve o controle da Ascenty Participações S.A., ao adquirir mais 80,26% das ações do capital votante dessa entidade.

A Ascenty Participações S.A. era uma sociedade anônima de capital fechado constituída com o objetivo principal de operar como holding de participação societária que atua no segmento de Data Centers e Telecomunicações. A aquisição da Ascenty fazia parte da decisão estratégica final da Digital Realty Inc de consolidar suas operações no Brasil, uma vez que a Ascenty é um dos principais players do mercado local.

Esta aquisição se qualificou como uma combinação de negócios de acordo com o IFRS 3/CPC 15 “Combinação de Negócios”, uma vez que a Companhia adquiriu o controle da Ascenty, dada à natureza dos negócios e ativos da Ascenty, o valor justo dos ativos adquiridos e os passivos assumidos foram mensurados pelos seguintes métodos:

- **Abordagem de renda:** A abordagem de renda é tipicamente aplicada pelo método de Fluxo de Caixa Descontado (“*Discounted Cash Flow*” ou “DCF”) para determinar o Valor Justo de um negócio. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera o risco associado a realização desses fluxos de caixa e ao valor temporal do dinheiro. Foi aplicado o método DCF para estimar o Valor Justo para a Companhia no contexto da alocação do preço pago na transação.
- **Abordagem de Custo:** A Abordagem de Custo é uma técnica de avaliação que usa o conceito de custo de reposição como um indicador de Valor Justo. A premissa da Abordagem de Custo é que um investidor prudente pagaria exatamente a quantia pela qual um ativo poderia ser substituído após serem subtraídas as deduções apropriadas devido à obsolescência física, funcional e econômica do ativo, se existente e mensurável. A Abordagem de Custo foi usada para estimar o Valor Justo da Força de Trabalho montada a fim de calcular seu devido retorno no ativo tributário.

- **Contraprestação contingente:** Na data da aquisição, o valor de R\$ 38.496 (US\$ 10.000) foi pago como parte da contraprestação, sendo este valor mantido por agente bancário, sujeito a condição cuja liberação dependerá do evento incerto e finalização do ajuste final.
- **Passivos Contingentes:** O valor justo dos passivos contingentes reconhecidos corresponde à obrigação presente resultante de eventos passados. Na data de aquisição, os valores são os seguintes:

Trabalhistas		363
Fiscais		696
Total Contingências (*)		1.059

(*) Esses valores representam os valores justos dos processos trabalhistas e fiscais para os quais existia uma obrigação presente em decorrência de um evento passado. Considerando que o desfecho dessas ações depende de terceiros, seja na esfera judicial ou administrativa, não é possível estimar um cronograma para a ocorrência de quaisquer saídas de caixa associadas a esses passivos contingentes.

- **Intangível:** refere-se ao valor justo de outros ativos intangíveis identificados na operação não regulada (carteira de relacionamento com clientes e contratos de arrendamento mercantil favorável). Os valores justos apresentados foram finalizados e estavam de acordo com o relatório de avaliação econômico-financeira elaborado pelo especialista independente com o qual a administração concorda.
- **Ágio:** é principalmente atribuível à rentabilidade futura nos segmentos de Data Centers e Telecomunicações. As principais fontes de receita do Data Center são os contratos de Colocation e o segmento de Telecomunicações, cuja principal fonte de receita são os contratos de Circuitos Dedicados e *Dark fiber*.

Dado que o *goodwill* não tem uma vida útil definida, não é amortizado para efeitos contábeis de acordo com o CPC 15 (IFRS 3). A participação de não controladores (19,74% da Ascenty) reconhecida na data de aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas da incorporada Stellar foi mensurada com base na proporção de participações de não controladores no valor justo dos ativos líquidos, totalizando R\$ 1.237.169 (incluindo dívidas).

Com a incorporação da Ascenty Participações pela Stellar Participações e posterior incorporação reversa da Stellar Participações pela Ascenty Data Centers, o acionista não controlador, Ascenty Holding LP, adquiriu participação direta na Ascenty Data Centers, consequentemente a Participação de não controladores não foi considerada nessas demonstrações financeiras, que até a data da incorporação nas demonstrações financeiras consolidadas da Stellar possuíam os seguintes valores.:

	2020	2019
Participação de não controladores	1.116.889	1.204.355

d. Arrendamentos

A Companhia aplica o CPC 06(R2)/IFRS 16 conforme descrito abaixo:

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe

um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros. O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor.
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Companhia deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. O CPC 06(R2) / IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Companhia e suas controladas na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda imóveis e anteriormente classificava os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base na avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo a Companhia. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para seus contratos – ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em preço individual.

Arrendamentos classificados como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS17

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamentos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimos incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 27).

Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento antecipado ou acumulados. A Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC06 (R1)/IAS 17, em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data de aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais na mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo de arrendamento.

Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

e. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para perda nos estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado.

g. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

h. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pelo montante a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos é reconhecido com relação as diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são deduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base na alíquota que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira a qual a Companhia esperar recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Em razão do histórico de geração de prejuízos fiscais nos últimos exercícios, das recentes reorganizações societárias da Companhia que devem gerar ainda mais benefícios tributários nos próximos exercícios, e a impossibilidade de projetarmos com segurança a geração de lucros tributáveis futuros que sustentassem o reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, a Companhia reverteu para o resultado do exercício de 2018 os saldos de tributos diferidos sobre diferenças temporárias então registrados e não reconheceu créditos tributários sobre os prejuízos fiscais. A Companhia revisará essa estimativa tão logo tenha uma avaliação segura da geração de lucros tributários futuros para que possa reconhecer os tributos diferidos ativos.

A Companhia deixou de reconhecer imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre os quais não foram julgados relevantes no contexto dessas demonstrações financeiras.

Impostos sobre serviços e vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; ou
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para seguridade social - cumulativa	3,00%
COFINS - Contribuição para seguridade social - não cumulativa	7,60%
PIS - Programa de integração social – cumulativa	0,65%
PIS - Programa de integração social - não cumulativa	1,65%
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza	3,00% à 5,00%

j. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos Financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos Financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia não identificou indicadores relativos a não recuperabilidade de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e portanto nenhum teste específico relacionado a recuperabilidade dos ativos foi necessário.

m. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para litígios

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n. Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. À medida que a Companhia toma recursos emprestados sem destinação específica e os utiliza com o propósito de obter ativo qualificável, a Companhia determina o montante dos custos dos empréstimos elegíveis à capitalização, aplicando uma taxa de capitalização aos gastos com o ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A Companhia possui ativos em construção e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 305.146 (R\$ 188.558 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão incluídos nestes montantes os de custos de empréstimos de R\$ 73.529 e R\$ 38.362, respectivamente.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A companhia não adotou essas alterações na preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Outras normas:
 - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 60
 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
 - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
 - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
 - IFRS 17 Contratos de Seguros.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	2.449	6.881
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.098	15.241
Total	6.547	22.122

As aplicações financeiras em fundos de investimentos privados de liquidez imediata, tem como contraparte de instituições financeiras nacionais, cuja taxa de rendimento corresponde a 2,64% no ano de 2020 (6,13% no ano de 2019). Todas as aplicações financeiras são prontamente resgatáveis e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado

10 Aplicações financeiras

	2020	2019
Fundo cambial	193.234	38.121
Total	193.234	38.121

São investimentos em fundos cambiais e fixos que tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cuja taxa de rendimento corresponde a 29,61% em 2020 (8,50% em 2019). Esses investimentos não atendem as características de caixa e equivalentes de caixa conforme definido pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

A movimentação das aplicações financeiras para reconciliação com as atividades de investimentos é como segue:

	2020
Saldo inicial	<u>38.121</u>
Novas aplicações	393.993
Variação cambial	39.597
Resgates de aplicações	<u>(278.477)</u>
Saldo final	<u><u>193.234</u></u>

11 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber de clientes	214.236	189.290
Contas a receber internacionais	367	627
(-) Provisão para perdas por valor recuperável	<u>(460)</u>	<u>(619)</u>
Total	<u>214.143</u>	<u>189.298</u>
Total circulante	213.040	188.195
Total não circulante	<u>1.103</u>	<u>1.103</u>
Total	<u>214.143</u>	<u>189.298</u>

Os saldos a receber de clientes são registrados pelo valor líquido e não auferem juros. Os valores a receber de cliente estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão por perda ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

A Vencer:	197.940	146.646
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	8.857	29.018
De 31 a 60 dias	5.034	5.624
De 61 a 90 dias	125	4.715
De 91 a 120 dias	591	682
De 121 a 150 dias	13	32
De 151 a 180 dias	290	298
De 181 a 360 dias	131	492
Acima de 360 dias	<u>1.623</u>	<u>2.409</u>
Subtotal	<u>16.664</u>	<u>43.271</u>
Total	<u>214.603</u>	<u>189.917</u>

As movimentações da provisão para perda ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	(619)	(687)
Adições	(897)	(4)
Reversões	558	72
Baixas	498	-
Saldo Final	(460)	(619)

12 Impostos a recuperar

	2020	2019
COFINS (i)	77.063	88.619
PIS (i)	17.059	19.402
Imposto de renda retido na fonte	7.980	6.490
Imposto de renda antecipado	7.950	1.196
Contribuição social antecipada	3.224	440
ICMS a recuperar	592	658
Outros	151	143
Total	114.019	116.948
Circulante	87.825	90.182
Não Circulante	26.194	26.766
Total	114.020	116.948

- (i) Refere-se substancialmente a créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado. No exercício de 2020, a Companhia acumulou créditos de PIS e COFINS no valor de R\$ 49.970 (R\$ 88.823 em 2019) oriundos de compras de ativo imobilizado e estoque. Neste mesmo exercício, o montante de R\$ 64.830 (R\$76.162 em 2019) foi consumido com os impostos a recolher gerados pela Companhia.

A segregação entre ativo circulante e não circulante está embasada nas projeções financeiras da Companhia e a utilização do crédito se dará através da apuração mensal dos impostos.

13 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os montantes pagos aos Administradores a título de pró-labore em 2020 foram R\$ 4.603 (R\$ 4.203 em 2019) e encargos decorrentes em R\$ 731 (R\$ R\$ 868 em 2019).

De acordo com a legislação societária brasileira e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar e aprovar em Assembleia o montante global da remuneração anual dos Administradores.

14 Investimentos

As principais informações das controladas, em 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

Controlada	Quantidade	Participação	Total do	Total do	Capital	Patrimônio	Resultado do
	de cotas	no capital social (%)	ativo	passivo	social	líquido	período pós incorporação
	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020
Ascenty Chile SPA	45.438.745	100%	485.812	155.858	332.316	329.954	(151)

Movimentação dos investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

	Ascenty Chile
31 de dezembro de 2019	-
Incorporação de investimento no exterior	330.105
Resultado de equivalência patrimonial (período pós incorporação)	<u>(151)</u>
31 de dezembro de 2020	329.954

15 Imobilizado e Ativo de direito de uso

15.1 Imobilizado

a. Composição dos saldos

	2020			2019
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Obras civis em imóveis de terceiros	478.535	(69.218)	409.317	278.815
Sistema de climatização elétrico/segurança	2.207.813	(452.682)	1.755.131	1.485.682
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	10.103	(2.957)	7.146	3.322
Instalações em clientes	58.175	(20.357)	37.818	34.025
Instalações e conectividades	22.685	(10.258)	12.427	9.717
Imobilizado em formação	7.793	-	7.793	13.125
Obras em andamento em imóveis de terceiros	309.772	-	309.772	207.194
Outros imobilizados operacionais	50.349	(9.038)	41.311	15.098
Rede externa – Telecom	201.858	(37.989)	163.869	128.011
Rede interna – Telecom	6.482	(6.482)	-	(138)
Infraestrutura de operações – Telecom	30.740	(13.399)	17.341	9.272
Imobilizado em poder de terceiros	13.485	(8.475)	5.010	3.897
	<u>3.397.790</u>	<u>(630.855)</u>	<u>2.766.935</u>	<u>2.188.020</u>

	2019			2018
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Obras civis em imóveis de terceiros	312.945	(34.130)	278.815	139.166
Sistema de climatização elétrico/segurança	1.683.768	(273.682)	1.410.086	685.888
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	5.358	(2.036)	3.322	1.528
Instalações em clientes	46.305	(12.280)	34.025	10.499
Subestações	86.314	(10.716)	75.598	46.264
Instalações e conectividades	16.825	(7.109)	9.716	3.957
Imobilizado em formação	13.125	-	13.125	6.778
Obras em andamento em imóveis de terceiros	207.194	-	207.194	297.893
Outros imobilizados operacionais	21.844	(6.747)	15.097	7.031
Rede externa – Telecom	154.106	(26.095)	128.011	77.069
Rede interna – Telecom	6.273	(6.411)	(138)	(515)
Infraestrutura de operações – Telecom	29.095	(19.823)	9.272	10.258
Imobilizado em poder de terceiros	10.962	(7.065)	3.897	3.220
	<u>2.594.114</u>	<u>(406.094)</u>	<u>2.188.020</u>	<u>1.289.036</u>

b. Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2019	Incorporação (i)	Adições	Baixas	Créditos PIS/ COFINS	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Obras civis em imóveis de terceiros	312.945	107.035	28.491	-	(3.230)	33.294	478.535
Sistema de climatização elétrico/ segurança	1.683.768	-	198.354	(176)	(28.466)	246.061	2.099.541
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	5.358	-	4.862	-	(117)	-	10.103
Instalações em clientes	46.305	-	12.667	(123)	(1.186)	512	58.175
Subestações	86.314	-	8.790	(7.136)	(2.431)	22.737	108.274
Instalações e conectividades	16.825	-	3.006	-	(76)	2.930	22.685
Imobilizado em formação	13.125	-	4.973	(22)	-	(10.282)	7.794
Obras em andamento em imóveis de terceiros	207.193	-	422.574	-	(14.464)	(305.534)	309.769
Outros imobilizados operacionais	21.845	-	28.651	(147)	-	-	50.349
Rede externa – Telecom	154.106	-	37.978	(137)	-	9.911	201.858
Rede interna – Telecom	6.273	-	377	(309)	-	141	6.482
Infraestrutura de operações – Telecom	29.095	-	1.415	-	-	230	30.740
Imobilizado em poder de terceiros	10.962	-	2.523	-	-	-	13.485
	<u>2.594.114</u>	<u>107.035</u>	<u>754.661</u>	<u>(8.050)</u>	<u>(49.970)</u>	<u>-</u>	<u>3.397.790</u>

(i) Valor reconhecido pela Companhia em virtude da incorporação da Stellar Participações em 21 de dezembro de 2020 (Nota Explicativa 1.1).

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Créditos PIS/ COFINS	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Obras civis em imóveis de terceiros	161.463	103.492	(51)	(8.129)	56.170	312.945
Sistema de climatização elétrico/segurança	860.596	580.586	(2.308)	(59.373)	304.267	1.683.768
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	2.960	2.515	-	(117)	-	5.358
Instalações em clientes	18.059	30.467	-	(2.221)	-	46.305
Subestações	53.534	35.293	(2.927)	(2.455)	2.869	86.314
Instalações e conectividades	9.297	7.619	(17)	(74)	-	16.825
Imobilizado em formação	6.778	14.841	-	-	(8.494)	13.125
Obras em andamento em imóveis de terceiros	297.893	299.780	(449)	(15.954)	(374.077)	207.193
Outros imobilizados operacionais	12.395	10.082	(849)	-	217	21.845
Rede externa – Telecom	94.929	41.939	(554)	-	17.792	154.106
Rede interna – Telecom	6.164	920	(1.583)	-	772	6.273
Infraestrutura de operações – Telecom	26.503	2.214	(46)	-	424	29.095
Imobilizado em poder de terceiros	9.053	1.898	(49)	-	60	10.962
	<u>1.559.624</u>	<u>1.131.646</u>	<u>(8.833)</u>	<u>(88.323)</u>	<u>-</u>	<u>2.594.114</u>

c. Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2019	Incorporação (i)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Obras civis em imóveis de terceiros	(34.130)	(14.434)	(20.654)	-	(69.218)
Sistema de climatização elétrico/segurança	(273.682)	-	(152.268)	16	(425.934)
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	(2.036)	-	(921)	-	(2.957)
Instalações em clientes	(12.280)	-	(8.079)	-	(20.359)
Subestações	(10.716)	-	(6.234)	203	(16.747)
Instalações e conectividades	(7.109)	-	(3.149)	-	(10.258)
Outros imobilizados operacionais	(6.747)	-	(2.291)	-	(9.038)
Rede externa – Telecom	(26.095)	-	(11.894)	-	(37.989)
Rede interna – Telecom	(6.411)	-	(776)	279	(6.908)
Infraestrutura de operações – Telecom	(19.823)	-	(3.149)	-	(22.972)
Imobilizado em poder de terceiros	(7.065)	-	(1.410)	-	(8.475)
	<u>(406.094)</u>	<u>(14.434)</u>	<u>(210.825)</u>	<u>498</u>	<u>(630.855)</u>

(i) Valor reconhecido pela Companhia em virtude da incorporação da Stellar Participações em 21 de dezembro de 2020 (Nota Explicativa 1.1).

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Obras civis em imóveis de terceiros	(22.297)	(11.845)	12	(34.130)
Sistema de climatização elétrico/segurança	(174.708)	(99.300)	326	(273.682)
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	(1.432)	(604)	-	(2.036)
Instalações em clientes	(7.560)	(4.720)	-	(12.280)
Subestações	(7.270)	(4.247)	801	(10.716)
Instalações e conectividades	(5.340)	(1.775)	6	(7.109)
Outros imobilizados operacionais	(5.364)	(1.623)	240	(6.747)
Rede externa – Telecom	(17.860)	(8.235)	-	(26.095)
Rede interna – Telecom	(6.679)	(1.348)	1.616	(6.411)
Infraestrutura de operações – Telecom	(16.245)	(3.610)	32	(19.823)
Imobilizado em poder de terceiros	(5.833)	(1.277)	45	(7.065)
	<u>(270.588)</u>	<u>(138.584)</u>	<u>3.078</u>	<u>(406.094)</u>

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos apresentados em obras em andamento referem-se à construção de novas unidades como Rio de Janeiro 2, Hortolândia 4, além da ampliação das unidades de Vinhedo 2, Paulínia, Jundiaí 2 e Vinhedo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras no montante líquido de R\$ 73.529 (R\$ 38.362 em 31 de dezembro de 2019). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 4,67% a.a. (6,84% a.a. em 2019), que representa a taxa efetiva de juros dos empréstimos no período.

A Companhia não possui ativos imobilizados cedidos como garantia de suas transações de empréstimos e financiamentos e na defesa de processos judiciais.

15.2 Ativo de direito de uso

a. Composição dos saldos

	2020			2019
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Arrendamento de prédios e galpões	357.171	(47.881)	309.290	231.404
	<u>357.171</u>	<u>(47.881)</u>	<u>309.290</u>	<u>231.404</u>
	2019			2018
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Arrendamento de prédios e galpões	250.250	(18.846)	231.404	-
	<u>250.250</u>	<u>(18.846)</u>	<u>231.404</u>	<u>-</u>

b. Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Arrendamento de prédios e galpões	250.250	109.515	(2.594)	357.171
	<u>250.250</u>	<u>-</u>	<u>(2.594)</u>	<u>357.171</u>

	Saldo em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06(R2)/IFRS 16	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Arrendamento de prédios e galpões	-	227.520	22.730	-	250.250
	<u>-</u>	<u>227.520</u>	<u>22.730</u>	<u>-</u>	<u>250.25</u>

c. Movimentação Amortização

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Arrendamento de prédios e galpões	(18.846)	(29.537)	502	(47.881)
	<u>(18.846)</u>	<u>(29.537)</u>	<u>502</u>	<u>(47.881)</u>

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Arrendamento de prédios e galpões	-	(18.846)	-	(18.846)
	<u>-</u>	<u>(18.846)</u>	<u>-</u>	<u>(18.846)</u>

15.3 Reconciliação entre a movimentação do ativo imobilizado e ativo de direito de uso e fluxos de caixa de investimentos

	2020	2019
Adições	754.661	1.131.646
(-) Fornecedores a pagar de ativo fixo	(33.079)	(66.824)
(-) Juros capitalizados	(73.529)	(38.362)
Total	<u>648.053</u>	<u>1.026.460</u>

16 Intangível

	<u>Relacionamento com cliente</u>									
	Marcas e patentes	Ágio	(Wholesale) - existentes e em construção	Data centers (Wholesale) - expansão MSFT	Data centers (Retail)	Telecom (Conectividade)	Telecom (Fibra Apagada)	Software / licença	Outros Intangíveis	Total
Custo do Intangível										
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.272	-	-	-	-	-	-	7.477	13	9.762
Adições	9	-	-	-	-	-	-	3.076	2.078	5.163
Alienações/Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(40)	(40)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.281	-	-	-	-	-	-	10.553	2.051	14.885
Adições	2	-	-	-	-	-	-	2.045	2.176	4.223
Alienações/Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação (i)	37.793	3.172.624	732.193	539.503	16.999	51.160	115.238	-	-	4.665.510
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	2.627	(2.627)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.076	3.172.624	732.193	539.503	16.999	51.160	115.238	15.225	1.600	4.684.618
Amortização acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-	(4.356)	-	(4.356)
Adições	-	-	-	-	-	-	-	(1.534)	-	(1.534)
Alienações/Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	(5.890)	-	(5.890)
Adições	(204)	-	(1.515)	(906)	(57)	(152)	(238)	(1.490)	-	(4.562)
Alienações/Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação (i)	(14.914)	-	(111.131)	(66.532)	(4.193)	(11.216)	(17.490)	-	-	(225.476)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(15.118)	-	(112.646)	(67.438)	(4.250)	(11.368)	(17.728)	(7.380)	-	(235.928)
Saldo 2019	2.281	-	-	-	-	-	-	4.663	2.051	8.995
Saldo 2020	24.959	3.172.624	619.548	472.065	12.749	39.791	97.509	7.845	1.599	4.448.690

(i) Valor reconhecido pela Companhia em virtude da incorporação da Stellar Participações em 21 de dezembro de 2020 (Nota Explicativa 1.1).

Teste de impairment do ágio

O valor recuperável da Companhia foi baseado no valor em uso, determinado por meio dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pela entidade. O valor contábil da Companhia era inferior ao seu valor recuperável e, portanto, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável foi reconhecido.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor em uso são apresentadas a seguir. Os valores atribuídos aos principais pressupostos representam a avaliação das tendências futuras da gestão em setores relevantes e foram baseados em dados históricos de fontes internas e externas.

%	2020
Taxa de desconto	10,2%
Taxa de crescimento da perpetuidade	3,25%
Taxa de crescimento projetada do EBITDA (média para os próximos 5 anos)	<u>25,8%</u>

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos calculada com base na metodologia WACC, por meio da qual é considerada a média ponderada do custo do capital próprio e de terceiros.

Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada pela menor taxa de inflação de longo prazo do país onde a Companhia opera, e a taxa anual composta de longo prazo de crescimento do EBITDA projetada pela administração.

O EBITDA projetado é baseado nas expectativas de resultados futuros, considerando a experiência passada, ajustado pelo crescimento esperado da receita. O crescimento da receita foi projetado considerando os níveis médios de crescimento experimentados nos últimos cinco anos, o volume de vendas estimado e o aumento de preços para os próximos cinco anos. Presume-se que os preços de venda aumentem a uma margem constante acima da previsão de inflação para os próximos cinco anos, em linha com informações obtidas de corretores externos que publicam uma análise estatística das tendências de longo prazo do mercado.

17 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Vencimento	Taxa	2020	2019
ING Capital LLC	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	365.365	183.230
Export Development Canada	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	114.177	23.920
Citibank NA	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	369.479	183.230
Natixis – New York Branch	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	365.365	183.230
Itaú BBA International PLC	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	326.795	153.357
Banco do Brasil S.A. – London Branch	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	326.788	153.357
Sumitomo Mitsui Bking. Corp	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	325.312	153.357
Kenton Investments S.A.R.L	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	275.223	123.380
Credite Agricole S.A.	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	256.774	120.495
BNP Paribas	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	254.107	120.495
The Bank of Nova Scotia	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	256.762	120.495
Deutsche Bank – New York	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	128.381	60.248
Deutsche Bank - AG	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	128.381	60.248
CDPQ Revenu Fixe Inc.	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% aa	125.101	58.842
Custo de seguro líquido da amortização			<u>(2.775)</u>	<u>(1.223)</u>
Total			<u>3.615.235</u>	<u>1.696.661</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período é:

	2020	2019
Saldo Inicial	<u>1.696.661</u>	<u>1.455.911</u>
Captações	221.146	166.177
Variação cambial	537.650	64.683
Juros provisionados	53.854	66.984
Juros capitalizados	73.529	38.362
Pagamento de juros	(146.777)	(105.058)
Amortização dos custos	7.118	9.602
Incorporação (i)	1.172.054	-
Total	<u>3.615.235</u>	<u>1.696.661</u>
Circulante	727.921	4.203
Não circulante	<u>2.887.314</u>	<u>1.692.458</u>
Total	<u>3.615.235</u>	<u>1.696.661</u>

- (i) Valor reconhecido pela Companhia em virtude da incorporação da Stellar Participações em 21 de dezembro de 2020 (Nota Explicativa 1.1).

Em 8 de janeiro de 2018, a Companhia assinou um contrato de Alteração e Reformulação de Crédito, que elevou os recursos de US\$ 190.000.000 para US\$ 350.000.000 (equivalente a R\$ 1.342.250). Este contrato foi integralmente liquidado pela Companhia em 20 de dezembro de 2018.

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia assinou um novo contrato no total de US\$ 375.119.000 (equivalente a R\$ 1.438.583) com novas cláusulas restritivas (*convenants*) a serem cumpridas pela Companhia.

Em 8 de agosto de 2019 através do DDTL (Delayed Draw Term Loan), a Companhia captou um montante de US\$ 45.000.000 (equivalente a R\$ 176.387, para o qual, as cláusulas restritivas (*convenants*) continuam as mesmas, conforme demonstrado a seguir.

Em 18 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou um aditivo com as credoras estabelecendo novos *covenants* de alguns períodos de acordo com a tabela indicada no item a) abaixo.

Além disso, para os trimestres findos em 3 de março de 2020, 30 de junho de 2020, 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020 o pagamento do principal programado será desconsiderado do cálculo de cobertura do serviço da dívida.

Em 27 de fevereiro 2020 através do DDTL (Delayed Draw Term Loan), a Companhia retirou mais uma quantia de US\$ 50.000.000 (equivalente a R\$ 221.750). As cláusulas restritivas (*convenants*) continuam as mesmas, conforme demonstrado a seguir.

O valor principal vence em 5 anos com carência de 24 meses, sendo a última em dezembro de 2023. Os pagamentos são feitos trimestralmente em 4 parcelas de 5% do principal a partir de março de 2021, 7 parcelas de 6,25% do principal em março de 2022 e uma parcela final de 36% do principal a ser paga em dezembro de 2023.

Cláusulas restritivas (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, os quais incluem:

Convenants não financeiros

Existência corporativa; Inspeção e Registros Contábeis

- (a) Os devedores do Grupo, no contexto do contrato de empréstimo, devem assegurar a preservação e manutenção legal das entidades do grupo, obter e manter suas aprovações governamentais, direitos e licenças necessárias para suas existências corporativas.
- (b) Os devedores do Grupo, devem contratar auditores independentes internacionalmente reconhecidos e manter um sistema de contabilidade, cujas transações sejam reconhecidas de acordo com o GAAP (práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos da America).
- (c) Os devedores do Grupo, não devem aditivar, modificar ou alterar a sua estrutura organizacional ou conduzir quaisquer reorganizações societárias que pudessem não ser aprovadas pelas autoridades competentes.
- (d) Converter o tipo de sociedade da controladora no Brasil para sociedade por ações de capital fechado desde que os custos dessa conversão sejam assumidos pelos devedores do contrato de empréstimo e aditive o contrato de empréstimo para refletir essa alteração societária.
- (e) O novo investidor da *joint venture* nos Estados Unidos, constituída em nível acima da estrutura organizacional do grupo no Brasil, deverá deter direta ou indiretamente, até o segundo aniversário da data de aquisição desta Companhia, não menos que 75% dos direitos de votos de cada credor que a Controladora possuía, ou seja a maioria do poder de voto de cada credor.

Conformidade com as leis aplicáveis; Impostos e Seguros

- (a) Cumprir com os requerimentos de sua estrutura organizacional, exceto na extensão em que quaisquer não cumprimento não resultem em um efeito material adverso.
- (b) Tempestividade no envio da declaração de imposto de renda e pagamentos dos seus impostos.
- (c) Manter suas propriedades usadas na condução dos seus negócios em boas condições, exceto se seus impactos não forem considerados efeitos materiais adversos.

Aprovações governamentais

- (a) Manter suas aprovações governamentais em dia, incluindo ROF(s) necessários para autorização, execução e entrega de documentos de crédito os quais a Companhia possa ser parte.
- (b) Manter as obrigações de pagamentos às autoridades governamentais em dia; exceto se essa falha não resulta em um efeito material adverso.

Requerimentos de relatórios contábeis e financeiros

- (a) A Companhia deverá apresentar ao agente administrativo dentro de um prazo de 90 dias suas demonstrações financeiras auditadas, preparadas em US-GAAP, em inglês, sem modificação de opinião que resultem na incapacidade dos devedores continuarem operando e que possam resultar na incapacidade de pagamento da dívida.
- (b) A Companhia deverá também apresentar, dentro de um prazo de 60 dias do encerramento de cada período, demonstrações financeiras trimestrais, não auditadas, preparadas em US-GAAP e traduzidas para o idioma inglês.
- (c) A cada data de entrega das demonstrações financeiras emitir um certificado do CFO da Controladora (ou outro executivo sênior autorizado) fornecendo ao agente administrativo: i) memória de cálculo dos covenants financeiros, e ii) certificar da não existência de eventos de defaults ou no caso da existência sua natureza e período e quais as ações tomadas pelo devedores, ou a proposta de ação dentro dos prazos estabelecidos no contrato.

Ranking; Prioridade

Manter suas obrigações sob esse contrato de dívida em dia e prioritárias e tomar ações tempestivas para que essas obrigações estejam regulares.

Dívida

Não contratar ou incorrer em dívidas adicionais à esses contratos de dívida exceto em condições específicas estabelecidas no contrato.

Garantias

Assegurar que garantias não sejam executadas em favor dos devedores, entre outras exigências com relação às suas garantias (*collaterals e pledges*).

Linha de negócios

Assegurar que nenhum dos devedores tenham uma mudança material em relação à: i) suas linhas de negócios, ii) alteração no seu exercício fiscal ou iii) mudanças significativas em suas políticas contábeis, exceto quando requeridas pelas práticas contábeis.

Uso dos recursos captados

Os recursos captados originado desse contrato de financiamento devem ser destinados nas condições previstas no contrato.

Baixas de ativos

Nenhum dos devedores deveria vender, transferir, ou alugar quaisquer partes de suas propriedades, exceto quando relacionados ao curso ordinário dos seus negócios.

Transações com investidas

Nenhum dos devedores deveria praticar transações com suas investidas além daquelas expressamente permitidas no contrato.

Convenants financeiros

Dívida bruta sobre índice financeiro de taxa de juros

O índice da dívida bruta denominada “EBITDA”, o qual é calculado em base consolidada do Grupo no Brasil, para o trimestre ou exercício fiscal encerrados nas datas abaixo, não deverá exceder o seguinte:

Período	Índice	Aditivo
31 de dezembro de 2019	6.50:1.00	6.50:1.00
31 de março de 2020	5.00:1.00	6.25:1.00
30 de junho de 2020	5.00:1.00	6.00:1.00
30 de setembro de 2020	5.00:1.00	5.75:1.00
20 de dezembro de 2020	5.00:1.00	5.50:1.00
31 de março de 2021	5.00:1.00	5.00:1.00
30 de junho de 2021	5.00:1.00	5.00:1.00
30 de setembro de 2021	5.00:1.00	5.00:1.00
31 de dezembro de 2021	5.00:1.00	5.00:1.00
31 de março de 2022	5.00:1.00	5.00:1.00
30 de junho de 2022	5.00:1.00	5.00:1.00
Anos seguintes	4.00:1.00	4.00:1.00

O índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, calculado em bases trimestrais e anuais, conforme demonstrações financeiras que serão entregues ao agente administrativo nos períodos a findarem demonstrados abaixo, não deverá ser menor que os seguintes indicadores:

Período	Índice	Aditivo
31 de dezembro de 2019	1.75:1.00	2.50:1.00
31 de março de 2020	1.25:1.00	1.10:1.00
30 de junho de 2020	1.25:1.00	1.10:1.00
Anos seguintes	1.10:1.00	1.10:1.00

Em 18 de fevereiro de 2020 a Companhia e os bancos credores celebraram um aditivo ao Contrato de Crédito alterando os indicadores dos covenants financeiros, como segue:

a. Dívida bruta sobre índice financeiro de taxa de juros

Período	Índice
31 de março de 2020	6.25:1.00
30 de junho de 2020	6.00:1.00
30 de setembro de 2020	5.75:1.00
31 de dezembro de 2020	5.50:1.00
31 de março de 2021	5.00:1.00
30 de junho de 2021	5.00:1.00
30 de setembro de 2021	5.00:1.00
31 de dezembro de 2021	5.00:1.00
31 de março de 2022	5.00:1.00
30 de junho de 2022	5.00:1.00
Anos seguintes	4.00:1.00

b. Índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia

Período	Índice
31 de março de 2020	2.25:1.00
30 de junho de 2020	2.25:1.00
30 de setembro de 2021	2.25:1.00
31 de dezembro de 2021	2.50:1.00
Anos seguintes	1.10:1.00

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia estava em cumprimento com os covenants estabelecidos nos contratos de empréstimos vigentes.

Garantias

Fica estipulado como garantia de suas operações de empréstimos e financiamentos todos os recebíveis e 100% das ações da Companhia.

18 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores de ativo imobilizado	33.079	66.805
Fornecedores de serviços	<u>12.364</u>	<u>7.634</u>
Total	<u><u>45.443</u></u>	<u><u>74.439</u></u>

19 Outras contas a pagar

	2020	2019
Alugueis e condomínios a pagar	811	813
Provisão para aluguel de postes	1.899	2.092
Provisão para energia elétrica	9.166	7.164
Provisão diversas	7.943	-
Provisão de fornecedores de ativo fixo	-	10.714
Adiantamento de clientes	17.569	19.730
Outros	<u>2.566</u>	<u>4.834</u>
Total	<u><u>39.954</u></u>	<u><u>45.347</u></u>
Circulante	21.234	27.026
Não circulante	<u>18.720</u>	<u>18.321</u>
Total	<u><u>39.954</u></u>	<u><u>45.347</u></u>

20 Provisão para litígios

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão (é realizada a provisão de 100% dos processos com probabilidade de perdas provável) para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de provisões para litígios é de R\$ 1.276 (R\$ 1.040 em 31 de dezembro de 2019), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas prováveis com o desfecho dos processos em andamento.

	31/12/2019	Provisões	Reversões	Correções	Incorporação (i)	31/12/2020
Tributários	645	-	-	16	167	828
Civil	-	29	(12)	-	-	17
Trabalhista	395	951	(915)	-	-	431
Total	1.040	980	(927)	16	167	1.276

	31/12/2018	Provisões	Reversões	Correções	31/12/2019
Tributários	613	-	-	32	645
Civil	-	-	-	-	-
Trabalhista	399	172	(176)	-	395
Total	1.012	172	(176)	32	1.040

- (i) Valor reconhecido pela Companhia em virtude da incorporação da Stellar Participações em 21 de dezembro de 2020 (Nota Explicativa 1.1).

Das provisões relacionadas as causas trabalhistas reconhecidas em 31 de dezembro de 2020, 58% se referem a processos de empresas terceirizadas onde a Companhia responde como responsável solidária.

As provisões são efetuadas baseadas nas opiniões de nossos assessores jurídicos.

Em novembro de 2020 o processo judicial da Companhia 0010197-85.2015.4.03.6105 na Justiça Federal pleiteando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS / COFINS teve sua sentença transitado em julgado, até 31 de dezembro de 2020 o Pedido de Habilitação de Crédito Tributário não havia sido apresentado ao fisco e a Companhia não registrou como Ativo contingente o valor original do Crédito Tributário de PIS / COFINS de R\$ 401 que representa R\$ 565 atualizado pela taxa SELIC do período aplicável, o cálculo foi feito utilizando-se COSIT13 / 18 (ICMS Método Recolhido).

Processos com risco possível de perda

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de risco possível de perda, no montante de R\$ 7.285 em 2020 (R\$ 6.479 em 2019) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e internacionais não requerem sua contabilização.

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto diferido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está composto conforme abaixo:

	2020	2019
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	182.804	189.992
<i>Diferenças temporárias ativas:</i>		
Variação cambial	306.920	26.893
Arrendamentos (CPC 06(R2) / IFRS 16)	7.614	3.029
Outras diferenças	11.569	8.009
Mais valia	82.571	-
	<u>591.478</u>	<u>227.923</u>
<i>Diferenças temporárias passivas:</i>		
Taxas de depreciação (vida útil)	(105.450)	(65.475)
Juros capitalizados, líquido de depreciação	(42.804)	(19.478)
Custos de obtenção de contratos capitalizados	-	-
Reconhecimento escalonado da receita de contratos	(9.252)	(2.762)
	<u>(157.506)</u>	<u>(87.715)</u>
Total de tributos diferidos, líquidos	<u>433.972</u>	<u>140.208</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	<u>(433.972)</u>	<u>(140.208)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>-</u>	<u>-</u>

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(328.015)	4.497
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>111.525</u>	<u>(1.529)</u>
<i>Ajustes para cálculo pela alíquota:</i>		
Outras adições / exclusões temporárias e permanentes, líquidas	<u>485</u>	<u>446</u>
Total	<u>112.010</u>	<u>(1.083)</u>
Impostos diferidos não constituídos	(110.979)	1.083
Impostos diferidos de anos anteriores	-	-
Impostos diferidos do ano corrente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>(1.031)</u>	<u>-</u>
Taxa efetiva	0,31%	0,00%

Registramos uma provisão para reduzir os ativos fiscais diferidos ao valor que acreditamos ser mais provável de realização do que não ser realizado. Ao avaliar a necessidade dessa provisão, consideramos vários fatores, incluindo lucro tributável futuro e nossas estratégias de planejamento tributário em andamento. No caso de determinarmos que não seríamos capazes de realizar a totalidade ou parte de nossos ativos fiscais diferidos líquidos no futuro, um ajuste aos ativos fiscais diferidos seria debitado à receita no período em que tal determinação fosse feita. Da mesma forma, se concluirmos que seríamos capazes de realizar certos ativos fiscais diferidos no futuro além do valor líquido registrado, um ajuste aos ativos fiscais diferidos aumentaria a receita no período em que essa determinação foi feita.

Além disso, as declarações de imposto de renda da Ascenty estão abertas para exame e ajuste por um período de 5 anos. Avaliamos nossas posições de imposto de renda e registramos um passivo para todos os anos abertos para exame com base em nossa avaliação dos fatos, circunstâncias e informações disponíveis na data do relatório.

22 Patrimônio líquido

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.261.391 (R\$ 1.036.990 em 2019) representados por 1.261.391.077 ações (1.036.989.477 ações em 2019) no valor de R\$ 1,00 cada, distribuídas como segue:

Acionista	2020	2019
Ascenty Participações S.A	-	1.036.989.475
Stellar Participações S.A.		2
Ascenty Holding Brasil S.A.	1.261.391.077	-
Total	1.261.391.077	1.036.989.477

No exercício de 2019, a Companhia obteve um aumento de capital social no montante total de R\$ 353.000, representados por 353.000.000 ações, decorrente de integralização em dinheiro no montante de R\$ 237.000 em 21 de maio de 2019 e 116.000 em 29 de julho de 2019.

Adicionalmente, a Companhia recebeu como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 24.651, correspondente a 24.651.000 ações ordinárias, conforme ata de reunião dos acionistas realizada em 17 de dezembro de 2019. Esse montante foi integralmente integralizado em fevereiro de 2020.

No exercício de 2020, a Companhia obteve aumentos de capital social no montante total de R\$ 199.751 representados por 199.750.600 ações, decorrente de integralização em dinheiro no montante de R\$ 97.262 em 9 de janeiro de 2020, R\$68.366 em 19 de março de 2020, R\$ 10.386 em 19 de junho de 2020 e R\$ 23.737 em 21 de setembro de 2020.

Em 21 de dezembro de 2020 a Companhia incorporou a sua empresa adquirente, Stellar Participações S.A., as alterações do patrimônio líquido decorrentes da incorporação foram registradas na conta de Reservas de capital não ocasionando alteração no capital social da Companhia.

Em ato contínuo em 21 de dezembro de 2020 os Acionistas da Ascenty Data Centers contribuíram em 100% de suas ações para a Ascenty Holding Brasil S.A. que tornou-se o único acionista da Ascenty Data Centers com 100% de suas ações.

Detalhes adicionais sobre as incorporações na Nota Explicativa 1.1.

23 Receita de serviços

O saldo das receitas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está composto conforme abaixo:

	2020	2019
Disponibilização de espaço e infraestrutura ("Co-location")	800.944	516.682
Serviços de Telecomunicações	36.486	39.063
Locação de Infraestrutura ("Dark Fiber")	44.323	32.093
Serviços Porta IP	10.639	9.081
Taxa de Instalação	23.845	10.199
Serviços gerenciados	4.546	2.693
Disponibilização de equipamentos de informática	993	811
Capacidade computacional	76	91
Outras Receitas	33.107	15.977
	<hr/>	<hr/>
Total	954.959	626.690
	<hr/>	<hr/>
COFINS	(68.408)	(43.036)
PIS	(14.852)	(9.343)
ISS	(1.989)	(759)
ICMS	(8.635)	(6.385)
FUST	(290)	(320)
FUNTEL	(145)	(159)
	<hr/>	<hr/>
Receita líquida	860.640	566.688
	<hr/>	<hr/>

A Companhia reconhece a receita de instalação conforme o prazo de contrato de cada cliente. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía registrada como receita diferida no passivo circulante e não circulante os montantes de R\$ 24.686 e R\$ 99.366 (R\$ 16.694 e R\$ 49.844 em 2019).

A Companhia, suportada por opinião de seus consultores jurídicos externos, não tributa os serviços de *hosting* e *co-location* pelo ICMS, por entender que não fazem parte do campo de incidência deste imposto. Também, não tributa referidos serviços pelo ISSQN, pois tais serviços não estão listados na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/03.

24 Gastos por natureza

	2020	2019
Depreciação e amortização	238.955	157.657
Gastos com energia elétrica	151.351	97.277
Gastos com pessoal	68.750	53.212
Gastos com aluguel	3.487	2.596
Custo de materiais para revenda	20.222	8.364
Aluguel de postes	17.672	16.095
Gastos anutenção de equipamentos	24.204	14.169
Gastos com honorários administrativos	5.334	5.072
Serviços de terceiros	15.412	11.356
Manutenção e licença de software	8.501	6.083
Manutenção de rede	3.068	2.908
Gastos com telecomunicação	3.970	2.398
Gastos com infraestrutura predial	2.561	2.300
Viagens e hospedagens	708	2.026
Despesas de marketing	674	813
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	339	4
Mais valia	3.277	-
Gastos com combustível	1.586	1.306
Gastos outros	9.211	10.693
Total	579.282	394.329
Representado por:		
Custo dos serviços prestados	543.022	364.579
Despesas de vendas	2.018	5.094
Perda por redução de valor recuperável de clientes	339	4
Despesas gerais e administrativas	33.903	24.652
Total	579.282	394.329

25 Outras despesas operacionais

	2020	2019
Receita de venda de energia	(2.702)	-
Receita de subvenção governamental	(371)	(41)
Doações	239	17
Receita líquida de venda de ativo imobilizado e intangível	(104)	(101)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(87)	(842)
Total	(3.025)	(967)

26 Despesas e receitas financeiras

<i>Receitas Financeiras</i>	2020	2019
Rendimento aplicação financeira	18	180
Receitas com instrumentos financeiros derivativos	1.787	-
Descontos obtidos	72	8
Outras receitas financeiras	281	436
Total	2.158	624
 <i>Despesas Financeiras</i>	 2020	 2019
Amortização de custos de transação	(7.118)	(13.315)
Juros sobre arrendamento mercantil	(53.855)	(66.962)
IR sobre juros de empréstimos	(28.242)	(14.492)
Juros sobre ativo de direito de uso	(32.204)	(21.541)
Multa e juros passivos	(168)	(425)
Descontos financeiros concedidos	(136)	(578)
Outras despesas financeiras	(156)	(24)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos	(4.041)	-
IOF - Impostos sobre operações financeiras	(117)	(56)
Total	(126.037)	(117.393)
 <i>Variação cambial</i>	 2020	 2019
Variação cambial ativa	484.174	333.030
Variação cambial passiva	(972.542)	(385.090)
Total	(488.368)	(52.060)

27 Passivos de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui contratos de aluguéis de imóveis com vencimentos que variam de janeiro de 2021 até dezembro de 2044, atualizados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos mínimos futuros para os arrendamentos contratados, não canceláveis, e as movimentações dos saldos de passivos de arrendamentos são apresentados como segue:

	2020	2019
Saldo inicial	240.312	-
Pagamento de arrendamentos	(48.154)	(32.382)
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	-	227.249
Adições	109.515	22.729
Baixa	(2.191)	-
Juros apropriados	32.204	22.445
Saldo proveniente de incorporação (i)	(5.223)	-
Saldo final	326.463	240.312
Circulante	21.726	12.894
Não circulante	304.737	227.418
Total	326.463	240.312

- (i) Valor reconhecido pela Companhia em virtude da incorporação da Stellar Participações em 21 de dezembro de 2020 (Nota Explicativa 1.1).

O vencimento dos arrendamentos mercantis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2020	2019
Menos de 1 ano	21.726	12.894
Entre 1 e 4 anos	88.046	68.919
Acima de 5 anos	216.691	158.499
Total	326.463	240.312

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019, conforme os períodos previstos para pagamentos:

	<u>2020</u>	<u>2020</u>
	Nominal	Ajustado a valor presente
Passivo de arrendamento	660.766	326.463
PIS/COFINS potencial	(61.121)	(30.681)
Total	599.645	295.782
	<u>2019</u>	<u>2019</u>
	Nominal	Ajustado a valor presente
Passivo de arrendamento	467.776	240.312
PIS/COFINS potencial	(42.445)	(21.928)
Total	425.331	218.384

A Companhia estimou taxas de desconto, com base as taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	Taxa % a.a
Até 5 anos	9,97%
Acima de 5 anos	10,98%

28 Instrumentos financeiros

c. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo.

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos financeiros não mensurados a valor justo	Nota	Ativo financeiro Custo amortizado	Ativo financeiro Custo amortizado
Contas a receber	11	214.143	189.298
Caixa e equivalente de caixa	9	6.547	22.122
Aplicações financeiras	10	193.234	38.121
Outros ativos		38.626	17.356
		<u>452.550</u>	<u>266.897</u>
		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivos financeiros não mensurados a valor justo	Nota	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	17	3.615.235	1.696.661
Passivo de arrendamento	29	326.463	240.313
Fornecedores	18	45.443	74.439
Outras contas a pagar	19	39.954	45.347
		<u>4.027.095</u>	<u>2.056.760</u>

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- **Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas:** decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019. São registrados pelos seus valores originais e estão sujeitos a provisão para perdas por valor recuperável. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- **Fornecedores:** decorrem diretamente das operações de compra de ativo imobilizado e serviços obtidos da Companhia com seus fornecedores e são classificados como outros passivos financeiros. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- **Empréstimos e financiamentos:** são classificados como outros passivos financeiros e estão registrados pelos seus valores contratuais.

b. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

	2020			2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Contas a receber	-	214.143	-	-	189.298	-
Caixa e equivalente de caixa	2.449	4.099	-	6.881	15.241	-
Aplicações financeiras	-	193.234	-	-	38.121	-
Outros ativos	-	38.626	-	-	17.356	-
	2.449	450.102	-	6.881	260.016	-
Empréstimos e financiamentos	-	3.615.235	-	-	1.696.661	-
Passivo de arrendamento	-	326.463	-	-	240.313	-
Fornecedores	-	45.443	-	-	74.439	-
Outras contas a pagar	-	39.954	-	-	45.347	-
	-	4.027.095	-	-	2.056.760	-

c. Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e taxas de juros, conforme demonstrado a seguir.

Considerando que a manutenção da exposição cambial e da taxa de juros existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de operação, para quatro cenários distintos, seria:

Análise de sensibilidade – Variação das taxas de câmbio

	US\$/R\$	
	Ptax Compra	Ptax Venda
Taxas em 31/12/2020	5,1961	5,1967
Cenário 1: Deterioração de 25% do Real	3,8971	3,8975
Cenário 2: Deterioração de 50% do Real	2,5981	2,5984
Cenário 3: Apreciação de 25% do Real	6,4951	6,4959
Cenário 4: Apreciação de 50% do Real	7,7942	7,7951

Transações	Risco	Exposição (Saldo Contábil)	Ganho/ (perda) em milhares de reais			
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Contas a receber de clientes estrangeiros	Queda do Dólar	367	(92)	(184)	92	184
Empréstimos e financiamentos	Alta do Dólar	(3.615.235)	903.809	1.807.617	(903.809)	(1.807.617)
Contas a receber diferido	Queda do Dólar	39.035	(9.759)	(19.518)	9.759	19.518
Posição Líquida		(3.575.833)	893.958	1.787.915	(893.958)	(1.787.915)

	US\$/R\$	
	Ptax Compra	Ptax Venda
Taxas em 31/12/2019	4,0301	4,0307
Cenário 1: Deterioração de 25% do Real	3,0226	3,0230
Cenário 2: Deterioração de 50% do Real	2,0151	2,0154
Cenário 3: Apreciação de 25% do Real	5,0376	5,0384
Cenário 4: Apreciação de 50% do Real	6,0452	6,0461

		Ganho/(Perda) em milhares de reais				
Transações	Risco	Exposição (Saldo Contábil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Contas a receber de cliente estrangeiros	Queda do Dólar	627	(157)	(314)	157	314
Empréstimos e financiamentos	Alta do Dólar	(1.696.661)	424.165	848.331	(424.165)	(848.331)
Contas a receber diferido	Queda do Dólar	19.881	(4.970)	(9.941)	4.970	9.941
Posição líquida		<u>(1.676.153)</u>	<u>419.038</u>	<u>838.076</u>	<u>(419.038)</u>	<u>(838.076)</u>

Análise de sensibilidade – Variação das taxas de juros

Cenário 1: Deterioração de 25% da taxa CDI
 Cenário 2: Deterioração de 50% da taxa CDI
 Cenário 3: Apreciação de 25% da taxa CDI
 Cenário 4: Apreciação de 50% da taxa CDI

					Ganho/(Perda) em milhares de reais			
Operação	Risco	Indexador	Taxa no período	Exposição (Saldo Contábil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Aplicações financeiras	Queda do CDI	CDI	2,75%	197.332	(1.357)	(2.713)	1.357	2.713
Posição líquida				<u>197.332</u>	<u>(1.357)</u>	<u>(2.713)</u>	<u>1.357</u>	<u>2.713</u>

					Ganho/(Perda) em milhares de reais			
Operação	Risco	Indexador	Taxa no período	Exposição (Saldo Contábil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Aplicações financeiras	Queda do CDI	CDI	4,40%	53.362	(587)	(1.174)	587	1.174
Posição líquida				<u>53.362</u>	<u>(587)</u>	<u>(1.174)</u>	<u>587</u>	<u>1.174</u>

d. Contratos de pagamento líquido ou similares

A Companhia contratou em 2020 contratos de instrumentos financeiros derivativos NDF (*Non Deliverable Forward*) para proteger os contratos baseados em dólares com o seu principal cliente que têm a taxa do dólar atualizada em junho de cada ano. O valor líquido entre o valor em reais apurado, pela taxa a termo contratada e a taxa à vista na data de fechamento, é pago de uma parte a outra dependendo do resultado favorável ou desfavorável para a Companhia, sendo reconhecido receita ou despesa com derivativo. Para os contratos em aberto, a posição MTM está registrada no balanço patrimonial como instrumento financeiro derivativo ativo ou passivo não realizado e reconhecida como receita ou despesas com derivativos não realizadas, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía um passivo com derivativo não realizado de R\$ 3.533.

Instrumentos financeiros derivativos	Notional	Valor contábil	Valor MTM
NDFs (passivo)	121.564	2.758	3.533

Em 2020 a Companhia reconheceu um valor líquido R\$ 1.279 de ganhos realizados com derivativos, reconhecidos nas despesas e receitas financeiras, para contratos liquidados de NDF.

29 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco cambial
- Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia é exposta ao risco de crédito uma vez que parte significativa das receitas de vendas é derivada de cinco clientes que representam aproximadamente 91% de sua receita líquida de vendas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida de vendas da Companhia para estes clientes foi de R\$ 783.662. A Administração não identificou mudança na qualidade do crédito a estes clientes e suas operações dependem da manutenção das vendas para estes clientes.

A política de avaliação da provisão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros está demonstrada na nota explicativa nº 7.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente dessas contrapartes superior ao valor provisionado.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia detinha “caixa e equivalentes de caixa” e “aplicações financeiras” de R\$ 6.577 e R\$ 193.234, respectivamente em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 22.122 e R\$ 38.121 em 2019). Esses saldos são mantidos com instituição financeira classificadas como estável, ou acima, conforme escala da Agência Moody’s.

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e A-, baseado na agência de rating de crédito Standard & Poor’s.

Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Total
Fornecedores	45.443	-	-	45.443
Empréstimos e financiamentos	895.084	3.237.372	-	4.132.456
Passivos de arrendamento	54.647	105.304	97.626	257.577
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	3.533	-	-	3.533

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros.

As políticas de Administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelo Grupo a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar riscos e aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Administração da Companhia monitora os fatores de risco mediante acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

31 de dezembro de 2020	Saldo Contábil (R\$)	USD	EUR
Contas a receber de clientes	367	71	58
Empréstimos e financiamentos	<u>(3.615.235)</u>	<u>(695.679)</u>	<u>(566.838)</u>
Exposição líquida no balanço	<u>(3.614.868)</u>	<u>(695.608)</u>	<u>(566.780)</u>
31 de dezembro de 2019	Saldo Contábil (R\$)	USD	EUR
Contas a receber de clientes	627	156	138
Empréstimos e financiamentos	<u>(1.696.661)</u>	<u>(420.935)</u>	<u>(374.498)</u>
Exposição líquida no balanço	<u>(1.696.034)</u>	<u>(420.779)</u>	<u>(374.360)</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração da Companhia.

30 Eventos subsequentes

a. Renovação de Financiamento

Em 22 de março de 2021, a Companhia assinou um aditamento e alteração do seu financiamento com os atuais credores. O saldo do empréstimo naquela data foi pago no total de R\$ 3.819.457 (USD 702.275), incluindo os juros vencidos até aquela data. Simultaneamente, foi liberado um novo empréstimo a prazo no valor de R\$ 4.352.000 (USD 800.000). A nova linha de crédito no valor total de R\$ 5.032.000 (USD 925.000) inclui um empréstimo com desembolso posterior de R\$ 544.000 (USD 100.000) e uma Linha de Crédito Rotativo de R\$ 136.000 (USD 25.000).

O novo “commitment” por credor passou as ser o seguinte:

Credor	“Commitment” total	Empr. LP	Empr. LP desemb. post.	Crédito rotativo
Citibank, N.A.	\$85.200	\$73.686	\$8.790	\$2.724
ING Capital LLC	\$85.200	\$73.686	\$8.790	\$2.724
Itaú BBA International Plc	\$85.200	\$73.686	\$8.790	\$2.724
Natixis New York Branch	\$85.200	\$73.686	\$8.790	\$2.724
The Bank of Nova Scotia, New York Agency	\$85.200	\$73.686	\$8.790	\$2.724
Banco do Brasil S.A., London Branch	\$70.000	\$60.541	\$7.222	\$2.238
BNP Paribas, New York Branch	\$71.500	\$61.838	\$7.376	\$2.286
Credit Agricole Corporate and Investment Bank	\$71.500	\$61.838	\$7.376	\$2.286
Deutsche Bank AG, London Branch	\$35.750	\$30.919	\$3.688	\$1.143
Deutsche Bank AG, New York Branch	\$35.750	\$30.919	\$3.688	\$1.143
EDC [TBD Entity]	\$71.500	\$61.838	\$9.662	\$0
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	\$71.500	\$61.838	\$7.376	\$2.286
Citibank, N.A.(Cedido para Breds IV Investment USD SARL)	\$71.500	\$61.838	\$9.662	\$0
Total	\$925.000	\$800.000	\$100.000	\$25.000

Nova data de vencimento: 22 de março de 2026, carência: 2 anos, início mar/2021.

Cronograma de pagamentos:

Vencimentos:	Porcentagem do valor total do principal dos empréstimos devidos:
22 de março de 2023	3.333325%
22 de junho de 2023	3.333325%
22 de setembro de 2023	3.333325%
22 de dezembro de 2023	3.333325%
22 de março de 2024	3.333325%
22 de junho de 2024	3.333325%
22 de setembro de 2024	3.333325%
22 de dezembro de 2024	3.333325%
22 de março de 2025	3.333350%
22 de junho de 2025	3.333350%
22 de setembro de 2025	3.333350%
22 de dezembro de 2025	3.333350%
22 de março de 2026	60%

O *covenants* financeiros serão calculados com base na dívida líquida ao invés da dívida bruta com era no contrato anterior.

Net Debt to Run-Rate EBITDA não deverá exceder:

No Fechamento:	≤ 6.00x
31/mar/2021	6.00:1.00
30/jun/ 2021	5.50:1.00
30/set/2021	5.50:1.00
31/dez/2021	5.50:1.00
Ano 2:	≤ 5.00x
Ano 3:	≤ 4.50x
Depois do Ano 3:	≤ 4.00x

Serviço da Dívida (Debt Service Coverage Ratio/DSCR): não inferior a 1.10:1.00

Taxa: Libor 3M + 3,75% aa e a comissão do financiamento 1,125% aa.

O aditamento do contrato de financiamento não alterou substancialmente a estrutura do financiamento. As principais alterações estão relacionadas aos termos, condições e *covenants* descritos acima. Essas alterações e o processo de liquidação ocorrido em 22 de março de 2021 do ponto de vista contábil são considerados alterações substanciais. Considerando que o montante de R\$ 2.700 referente a despesas e custos não amortizados será revertido para o resultado em março de 2021. As despesas e custos de aproximadamente R\$ 2.000 relativos ao novo valor da linha de crédito de acordo com aditamento serão amortizados em 5 anos, iniciando em 2021.

* * *

Christopher Paul Torto
Presidente

Andre Neris de Souza
Diretor Financeiro

Gislene do Amaral Ribeiro
Contadora CRC 1SP-282110/O-0